

EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL CEARENSE – 1940/2002: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

José Eduardo Santos da Silva¹
Maria Valéria Pereira de Araújo²
Angélica Maria Pinheiro Ramos³

RESUMO

O trabalho tem como objetivo apresentar um histórico da Indústria Têxtil Cearense, tomando-se como base o trabalho de Stein (1979), o de Aragão (1989) e de Rosa e Melo (1994), abrangendo o surgimento da indústria, sua expansão e crises, partindo dos anos 40, identificando os anos áureos com o advento da SUDENE, com programas de incentivo à indústria de uma forma geral. Destaca-se nos anos 70, o crescimento acentuado da economia brasileira, que se reflete no desenvolvimento do setor, sendo uma das indústrias mais reféns do crescimento da renda nacional. O processo de industrialização no Brasil teve seu início com a indústria têxtil. Suas raízes precedem a chegada e a ocupação do País pelos portugueses porquanto os índios que aqui habitavam já exerciam atividades artesanais, utilizando-se de técnicas primitivas de entrelaçamento manual de fibras vegetais e produzindo telas grosseiras para várias finalidades, inclusive para proteção corporal. Todavia, partindo-se do princípio de que tudo teria começado com a efetiva ocupação do território brasileiro, ocorrida em 1500, podem ser identificadas quatro etapas importantes para a definição da evolução histórica da indústria têxtil no país: a fase colonial, a fase de implantação, a fase da consolidação e a fase atual. Estudar este ramo de atividade é demonstrar que um Estado como o Ceará, pobre e pouco desenvolvido, conseguiu manter e modernizar sua economia a ponto de competir internacionalmente, exportando seus produtos. As empresas do ramo de fiação e tecelagem, importante e tradicional segmento da indústria cearense – a exemplo das demais organizações brasileiras do setor – sentiram e sentem de perto as ameaças trazidas pela turbulência dos mercados em que atuam. Daí a importância deste trabalho, cuja expectativa é contribuir para o debate acadêmico sobre tal segmento da economia cearense. Este artigo tem como base a pesquisa bibliográfica, partindo da literatura específica sobre a indústria têxtil, de modo a analisar as contribuições deste ramo industrial à economia cearense.

Palavras-chave: Indústria Têxtil. Crescimento Econômico. Indústria Têxtil Cearense.

¹Acadêmico do Curso de MBA em Logística Empresarial do Centro Universitário UNI-RN

²Professora Orientadora do Curso de MBA em Logística Empresarial do Centro Universitário UNI-RN

³Professora Orientadora do Curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza - UNIFOR

EVOLUTION OF TEXTILE INDUSTRY CEARENSE - 1940/2002 : A LITERATURE SEARCH

ABSTRACT

The work aims to present a history of Textile Industry Ceará , taking as a basis the work of Stein (1979) , the Aragon (1989) and Rose and Melo (1994) , covering the rise of the industry and its expansion and crises , starting from 40 years , identifying the golden years with the advent of SUDENE , with the encouragement of industry in general programs . Stands out in the 70s, the strong growth of the Brazilian economy, which is reflected in the development of the sector, being one of the hostages industries growth of national income. The process of industrialization in Brazil began with the textile industry. Its roots precede the arrival and occupation of the country by the Portuguese because the Indians who lived here already pursuing craft activities, using primitive techniques of hand intertwining of plant fibers and producing coarse screens for various purposes, including body armor. However, starting from the principle that everything would have started with the effective occupation of Brazilian territory, occurred in 1500, four major steps can be identified for the definition of the historical evolution of the textile industry in the country: the colonial phase, the implementation phase the consolidation phase and current phase. Study this field of activity is to demonstrate that a state like Ceará, poor and undeveloped, managed to maintain and modernize its economy to the point of competing internationally, exporting its products. The companies in the spinning and weaving, traditional and important segment of the industry of the state - like the other Brazilian sector organizations - felt and feel closely the threats posed by the turmoil in the markets they serve. Hence the importance of this work, which is expected to contribute to the academic debate on this segment of Ceará economy. This article is based on the literature, starting from the specific literature on the textile industry, in order to analyze the contributions of this industrial branch to Fortaleza economy.

1 INTRODUÇÃO

Para estudar o Parque Industrial Têxtil Cearense, o presente artigo é desenvolvido a partir de vários estudos sobre a Indústria Têxtil, devendo contribuir para a história deste segmento da economia cearense.

A base mercantil da indústria têxtil assenta-se no algodão como matéria-prima, tendo como lócus Fortaleza. Desse modo, podemos fazer uma ligação entre a história da Indústria Têxtil no Ceará com a história com a história do algodão. Sendo o Ceará um dos grandes produtores de algodão, a disponibilidade de matéria-prima atuou como estímulo – embora não tenha sido o único – para a criação das primeiras fábricas têxteis que se registraram no Ceará.

De acordo com Aragão (1989), a indústria têxtil cearense desenvolve-se com base em 03 fases. A primeira refere-se ao período de 1930/1939, caracterizada pela Estagnação; a segunda de 1939/1950 caracterizada pela Reação; e a terceira, pós-1950, caracterizada pelo Desmoronamento, conforme pode ser visto no decorrer deste trabalho.

Ainda conforme a mesma autora, a 2ª. Grande Guerra Mundial acaba por abrir “à indústria têxtil algodoeira brasileira chances para ingressar no mercado externo, abastecendo sobremaneira os países sul-americanos”. Dessa forma, o pós-guerra marcou a ascensão dessa atividade industrial e, em geral, do setor têxtil em particular.

A transição do período de 1940 para o de 1950 marca os momentos decisivos para a indústria cearense. As fábricas que voltaram a investir em modernização, troca de maquinaria, diversificação de produtos, conseguiram atravessar os anos de 1950 de forma razoável. As que mantiveram as mesmas condições tecnológicas tenderam a desaparecer.

Os anos 50 por sua vez, foram caracterizados por uma certa involução da indústria têxtil cearense, obedecendo aos caminhos perseguidos por quase todas as indústrias tradicionais nordestinas. Já na década de 60, por meio da SUDENE ocorreu um processo de modernização de diversas unidades fabris, o que estimulou também o surgimento de novas empresas no ramo. Apesar disso, o parque industrial têxtil pioneiro não chegou a ter nova expansão.

Sem dúvida, foi devido à importância que teve a Indústria Têxtil no Ceará que se elegeu este tema para a elaboração do presente trabalho. Assim, reconhecendo importante papel deste setor no processo de industrialização cearense e tendo em vista a inserção deste autor como profissional do ramo, é que se optou por analisar a indústria têxtil cearense.

Estudar este ramo de atividade é demonstrar que um Estado como o Ceará, pobre e pouco desenvolvido, conseguiu manter e modernizar sua economia a ponto de competir internacionalmente, exportando seus produtos. As empresas do ramo de fiação e tecelagem, importante e tradicional segmento da indústria cearense – a exemplo das demais organizações brasileiras do setor – sentiram e sentem de perto as ameaças trazidas pela turbulência dos mercados em que atuam. Daí a importância deste trabalho, cuja expectativa é contribuir para o debate acadêmico sobre tal segmento da economia cearense.

Este artigo tem como base a pesquisa bibliográfica, partindo da literatura específica sobre a indústria têxtil, de modo a analisar as contribuições deste ramo industrial à economia cearense. Em função do tipo de pesquisa definida, é descartada a pesquisa de campo, procurando-se interpretar o desenvolvimento desta atividade econômica, descrevendo-o à luz do seu desenvolvimento histórico.

Inicia-se o artigo com uma revisão da literatura onde na subseção 2.1 apresenta-se o papel histórico do setor têxtil na economia, verificando-se ainda, quais os possíveis entraves e as respectivas causas da sua expansão e crise no Ceará. Dando continuidade, o item 2.2 determina a importância da competitividade para expansão deste ramo de atividade, enquanto o tópico 2.3 verifica a importância da ação governamental no fortalecimento do parque têxtil no Ceará (1990-2002), depois disso são apresentadas as considerações finais.

Assim, espera-se contribuir para o debate acadêmico sobre o tema, bem como para uma maior reflexão sobre os rumos da indústria têxtil cearense.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA INDÚSTRIA TÊXTEL NO CEARÁ

Neste tópico, é feito um histórico deste ramo de atividade, tomando-se como base o trabalho de Stein (1979), o de Aragão (1989) e de Rosa e Melo (1994), abrangendo o surgimento desta indústria, sua expansão e crises.

2.1 PERÍODO DE 1880 A 1930

Para Stein, “nos primeiros cinquenta anos de sua existência, a indústria têxtil de algodão obteve do Estado uma proteção que só pode qualificar de “furtiva”. Essa proteção desenvolveu-se de forma gradual e hesitante”. Já na década de 1880, os fabricantes de tecidos e outros industriais recorreram, a dois argumentos principais em favor do apoio do Estado. O primeiro referia-se a identificação da “indústria como progresso da nação” (STEIN, 1979, p. 91), enquanto o segundo buscava identificar o apoio à indústria têxtil com “um ato de patriotismo”.

Guiados não pelo simples desejo de imitar, mas por uma análise cautelosa sobre a eficácia da manipulação das tarifas, os industriais têxteis estavam, em 1879, empenhados numa verdadeira “cruzada” para convencer o governo e o pequeno segmento politicamente poderoso da opinião pública de que era indispensável à interação entre proteção governamental e progresso industrial.

Os primeiros anos da década de 1890 foram considerados pelos contemporâneos como um período de grande expansão para a indústria têxtil algodoeira.

Em 1892, a indústria têxtil algodoeira do Brasil, já bem consolidada, chegou ao fim da sua fase inicial de crescimento e ingressou num período de mais de três décadas de desenvolvimento que se encerraria com a grande depressão e a revolução de Vargas em 1930. Embora os fabricantes não se dessem conta de como era favorável o clima para os empreendimentos industriais na época, na turbulenta década de trinta eles haveriam de se lembrar destes anos como a sua “idade de ouro” (Reis, 1930, p. 51). Tanto no que se refere ao crescimento da indústria como à rentabilidade dos investimentos, esses anos foram de fato dourados.

Outros dois fatores contribuíram para converter esses anos em uma idade dourada para a indústria: “as tarifas alfandegárias e o surgimento de uma nova fonte de energia, a eletricidade”. A tarifa que entrou em vigor em 1900 e as pequenas revisões posteriores, elevando a quota de ouro dos direitos de importação, asseguraram uma proteção mais do que adequada à produção de tecidos grossos, na qual ainda se apoiava a indústria têxtil.

A partir de 1890, a indústria desenvolveu-se seguindo os caminhos abertos pela pioneira indústria têxtil algodoeira. A propriedade das fábricas têxteis permaneceu em mãos de um pequeno número de famílias. Ainda conforme Stein, “os atacadistas portugueses de tecidos desempenharam funções proeminentes como proprietários, administradores ou distribuidores” (STEIN, 1979, p. 109).

As estatísticas sobre o aumento do número de fábricas e equipamentos na indústria têxtil algodoeira, entre 1905 e 1921, dão uma ideia da extensão das transformações ocorridas nesse período. Em 1921, o Brasil possuía 242 fábricas de tecidos de algodão e em 1905, apenas 110, concentradas no Distrito Federal, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Os teares, por sua vez, aumentaram de 24.420 para 57.208. Em 1921, as fábricas de tecidos de algodão empregavam 108.960 pessoas, quase três vezes mais que em 1905. De acordo com Stein,

A expansão da indústria têxtil no primeiro quartel do século XX foi interrompida por uma recessão que se iniciou em 1913, agravando-se com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Amparados pela intervenção governamental solicitada com urgência, os empresários têxteis e outros industriais conseguiram, finalmente, superar a crise por volta de 1915, ingressando num período de grande prosperidade que iria se prolongar até o final da década de vinte, quando surgiram no horizonte os primeiros sinais da grande depressão” (STEIN, 1979, p. 115).

Na verdade, a desorganização do comércio mundial durante a Primeira Guerra Mundial continuou o que a proteção tarifária fizera pela indústria têxtil algodoeira de 1900 a 1913. “A principal consequência da guerra para as fábricas de tecidos brasileiras não foi o crédito fácil e sim o monopólio do mercado interno”. Era uma oportunidade para os empresários têxteis que já dispunham, nessa época, de *know-how* técnico, mercado para os tecidos grossos produzidos pela maioria das fábricas e um sistema bem consolidado de distribuição.

Os vinte e cinco anos de prosperidade da indústria têxtil do Brasil começaram a se esgotar em 1926, quando surgiram no país os primeiros indícios da Grande Depressão de 1929, sobretudo o declínio dos preços das mercadorias causado pela superprodução. Apesar do progresso industrial ocorrido em alguns setores da economia brasileira, a exportação de matérias-primas agrícolas ainda era determinante para o poder aquisitivo dos consumidores e para todos os campos da economia nacional. Após 1929, o desequilíbrio econômico dos países centrais difundiu-se rapidamente para o Brasil, atingindo, com a mesma intensidade, tanto a população urbana como a rural, tanto as empresas agrícolas quanto as industriais. Mas, enquanto o mercado interno para os produtos de algodão

não desabou, os fabricantes brasileiros continuaram expandindo a sua capacidade produtiva e a produção (STEIN, 1979, p. 123).

À medida que se iam multiplicando os sinais da depressão, entre 1926 e 1930, maior era o empenho dos fabricantes em conservar os lucros obtidos “durante o último quarto de século de atividade industrial”. A situação da indústria têxtil algodoeira agravou-se, no decorrer desses anos, em consequência de fatores que escapavam ao controle dos industriais, “os quais buscavam a estabilidade no que lhes parecia serem soluções rápidas e oportunas”. A intervenção do Estado na economia e a “lenta recuperação econômica mundial no decorrer dos anos trinta foram, em última análise, as soluções mais eficazes para a depressão” (STEIN, 1979, p. 123).

Do ponto de vista dos empresários, no período 1930-1945, a indústria têxtil algodoeira “alcançou o máximo de produção e o mínimo de estabilidade”. No início deste período, os industriais alegavam que seu maior problema era a “superprodução”.

2.2 Período de 1940 a 1950

Segundo Aragão (1989, p. 103), reconstituir a trajetória da Indústria Têxtil no Ceará “é resgatar a origem e as formas de acumulação de renda no Ceará, ressaltando-se os aspectos estruturais e conjunturais da economia cearense, que a partir do século XIX passa a obedecer às leis do mercado externo”.

A Revolução Industrial veio exigir grandes suprimentos de matérias-primas inclusive do algodão. A intensa procura por esse produto fez com que a Inglaterra induzisse outros países a produzir essa matéria-prima em uma escala maior. O Brasil (especialmente o Nordeste) fazia parte desse cenário industrial sendo que os estados produtores que mais se destacaram foram o Ceará e o Maranhão.

De uma forma geral, podemos caracterizar o segmento têxtil da economia como um oligopólio competitivo, com poucas empresas atuando no mercado, sendo a conquista de mercado através do preço. Durante muito tempo, “o setor beneficiou-se com a presença de baixos salários e uma mão-de-obra não muito especializada, fator importante na composição de custos, já que se trata de uma forte empregadora de mão-de-obra” (ARAGÃO, 1989, p. 50).

Ainda segundo Aragão (1989, p. 78), durante os anos quarenta e cinquenta “a economia brasileira passou por uma significativa expansão dos investimentos industriais através do chamado processo de substituição das importações”. Nesse período, a acumulação de capital passou a ser determinada preponderantemente pela dinâmica industrial.

Até meados dos anos 40, a indústria nacional contava com grandes possibilidades de expansão,

onde em relação à indústria têxtil, evidenciou-se uma forte necessidade de aumentar a produção nacional, na medida em que se tinha, por um lado, a demanda interna pouco satisfeita, face às relevantes reduções da possibilidade de importação e, por outro, a oportunidade de suprir novos mercados. (ROSA; MELO, 1994, p. 35).

No início dos anos 50, começava-se a vislumbrar o início da recuperação da produção mundial de produtos têxteis, o que trouxe graves consequências quando se comprovou o atraso tecnológico do maquinário existente.

Nos anos 40 e 50 a história nos mostra que houve grande incentivo ao processo de industrialização de substituição de importações, período em que a acumulação de capital passou a ser liderada pela dinâmica de acumulação industrial. Até o final dos anos 40 a indústria nacional, e a reboque a indústria têxtil, passou a contar com o aumento das exportações em face do conflito bélico em que se encontrava o mundo (os anos 40 são tidos como a “época de ouro”, segundo VIANA, 1989, p. 29). Sua capacidade de produção foi ampliada, pois tinha que atender a uma maior demanda interna, assim como aos mercados novos como países da América Latina, Europa, África e Estados Unidos, passando a funcionar em um número maior de turnos.

Na transição dos anos 40-50, observamos uma diminuição das exportações têxteis, especialmente devido à recuperação dos países beligerantes do pós-guerra, que voltavam a operar o seu potencial industrial e apresentavam ser mais competitivo do ponto de vista tecnológico. Somente após o fim do conflito bélico mundial é que os primeiros maquinários automáticos começaram a ingressar no país, perdendo espaço os produtos nacionais pela falta de qualidade e por maior custo. Some-se a este fato a questão da política governamental de câmbio fixo, onde os nossos preços eram mais caros, diminuindo ainda mais a competitividade

no mercado mundial.

A indústria têxtil nordestina, e em particular a cearense, apresentava-se em situação mais grave do que a nacional. Além do problema da redução das exportações e o aumento do volume produzido, havia o fato de ter passado por um processo de perda do protecionismo de seu mercado, dado a abertura de novas rodovias e a melhoria dos transportes marítimos, que contribuíram para uma concorrência mais acirrada entre as produções das fábricas das diversas regiões. Essa mesma indústria encerra a década de 50 com dificuldade financeira, tanto pela concorrência dos produtos do centro-sul, quanto pela diminuição da renda local. Com o propósito de diminuir estas desigualdades regionais, surge, no final dos anos 50, uma proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Nordeste (GTDN), encaminhado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (FURTADO, 1990, p. 297).

2.3 Período de 1960 a 1970

Conforme afirma Aragão, “a década de 60 viabilizou, através da SUDENE a modernização de algumas fábricas antigas e propiciou a criação de novas”. Contudo não conseguiu ressuscitar o parque industrial têxtil (ARAGÃO, 1989, p. 106).

De uma forma geral “depreende-se que o incentivo da SUDENE não logrou o resultado esperado de otimização da indústria têxtil”. Então, algumas melhoras foram evidenciadas, porém fatores como o risco de câmbio inerente as operações de financiamento, a restrição para uma maior participação de recursos próprios para investimento, e o grau de eficiência do suporte técnico administrativo de várias empresas, impediram uma maior reestruturação do quadro em que se encontrava a indústria de transformação têxtil. No caso da economia cearense observou-se que das 8 fábricas inscritas até 1964, 5 delas apresentaram projetos aprovados pela SUDENE em sua totalidade, evidenciando uma tendência da economia cearense para a participação em setores tradicionais da indústria. Sua participação foi superior aos Estados da Bahia e Pernambuco (REN, 1990, p. 323).

O grande avanço tecnológico no processo produtivo têxtil ocorre na década de 70 representando significativo ganho de produtividade. Segundo Haguenaver, “anteriormente às inovações tecnológicas eram constituídas mais propriamente de aperfeiçoamentos mecânicos em equipamentos preexistentes, sem alterações nos processos” (HAGUENEVER, 1990, p. 157).

Nessa mesma década, o setor têxtil apresentou características bem distintas daquelas referentes ao período anterior. Entre estas estavam o reequipamento, a ampliação e a implantação de várias unidades produtivas, aumento da capacidade instalada e de sua participação na indústria têxtil nacional, diversificação da produção têxtil regional e provável aumento da sua participação relativa no valor da produção deste gênero no Brasil, como também a intervenção planejada da SUDENE para viabilizar o setor.

Esse período reconhecido como a época do “milagre econômico”, fase de grande crescimento da economia nacional, principalmente nos anos 1967 a 1973, caracteriza-se por elevadas taxas de crescimento do setor de bens duráveis. A região Nordeste, em especial o setor industrial, passou a depender muito mais do crescimento nacional do que dos incentivos de política industrial da SUDENE.

O crescimento da indústria têxtil no Brasil tem respeitado os movimentos expansionistas da economia como um todo, “na medida em que os aumentos da renda nacional e a consequente elevação dos níveis de demanda têm gerado surtos de investimentos expressivos no setor”. (ROSA e MELO, 1994, P. 28).

A partir dos anos 90, com a abertura da economia, o setor têxtil foi seriamente atingido pela concorrência entre indústrias tecnologicamente modernas que conseguiam produzir a custo mais baixo. O resultado foi o fechamento daquelas que não conseguiram modernizar seu parque industrial. Mas, esta é uma questão que será abordada no capítulo 2, onde se analisará a *competitividade* e as *abordagens estratégicas da indústria frente à concorrência internacional*.

3 COMPETITIVIDADE NA INDÚSTRIA TÊXTEL – ABORDAGEM ESTRATÉGICA

Até os anos 80, o setor têxtil brasileiro produziu em um ambiente de mercado protegido, sem a concorrência expressiva de produtos importados. Esta situação acabou por contribuir para a redução nos investimentos referentes à atualização e desenvolvimento do sistema industrial. Sob um enfoque de curto prazo, tais

investimentos seriam até mesmo incoerentes, uma vez que, “do ponto de vista estratégico e financeiro, seriam pouco lucrativos em uma economia praticamente fechada, e até desvantajosos face às oportunidades oferecidas por um ambiente de capital especulativo”. Assim, o empreendedor passou a não mais depender da “busca de um aperfeiçoamento contínuo como fator principal para o seu progresso, deslocando-se o foco da dimensão técnicas e métodos”, sem novas máquinas e processos, sem desenvolvimento de novos produtos e apresentando pouca evolução quanto à cultura técnica, de acordo com (BRAGA, 2000, p. 51).

Os países asiáticos, que se modernizaram rapidamente, aparecem, junto com os Estados Unidos, entre os maiores produtores e exportadores mundiais de produtos têxteis, representando a grande ameaça para este segmento da indústria brasileira, pois passaram a concorrer em nosso próprio mercado, cuja indústria desatualizada tecnologicamente apresentava elevados custos de produção.

O impacto sofrido pela indústria brasileira foi grande e muitas perdas foram sentidas, juntamente com a dramática diminuição dos postos de trabalho. Hoje, entretanto, o setor têxtil se encontra em recuperação, depois de adotar medidas que deram início a um processo de reestruturação. De acordo com Braga, “a indústria moderniza seu parque de máquinas, aumenta sua produtividade e novas técnicas de gestão passaram a ser adotadas”.

Conforme Coutinho, “a tecnologia é utilizada como indicador de competitividade”. O processo de produção mais moderno e a introdução de novos produtos associam-se ao uso mais eficiente dos fatores de produção. Consequentemente, passa-se a utilizar menos recursos por unidade de produto, ou com os mesmos recursos acrescentam-se novos ou melhores produtos, que dá um maior poder competitivo a uma região ou país.

A avaliação da competitividade das empresas do setor têxtil brasileira é baseada no modelo das cinco forças competitivas, proposto por Porter (1991 e 1993), o qual procura posicionar a empresa relativamente ao ambiente em que atua, incluindo não apenas as características da estrutura industrial, como também as forças sociais e econômicas, presentes no microambiente onde se localiza.

Na atual conjuntura, tem sido cada vez mais frequente se ouvir falar em competitividade, como reflexo do acirramento da concorrência e da necessidade de atingir novos mercados, ou manter os já existentes, levando as empresas a buscarem formas diversas de vantagens mercadológicas. Um dos indicadores mais

simples e imediatos para se vislumbrar o desempenho de uma indústria, segundo Porter é a sua produtividade, a qual pode ser entendida como o produto por unidade de recursos utilizados.

No caso específico da indústria têxtil brasileira, “a construção de indicadores de competitividade” tem sido dificultado, segundo Coutinho (...) pela “heterogeneidade, pela diversidade de produtos, pelas restrições impostas ao comércio internacional e os efeitos das grandes variações nos níveis de preços internos” (COUTINHO, 1993, p. 110).

A redução dos preços internos das fibras químicas, o aumento da diversidade disponível destas, assim como o surgimento de uma atitude mais cooperativa por parte dos fornecedores deverão influir positivamente na competitividade do complexo têxtil brasileiro, ainda conforme o autor supracitado.

O cenário industrial cearense adquiriu expressão apenas a partir da década de 80, embora a cotonicultura sempre tenha sido relevante para a economia do Estado. Integrando a região Nordeste, cuja característica sempre foi eminentemente agrícola, o Ceará vem sofrendo profundas mudanças estruturais em seu panorama político-econômico, sobretudo no decorrer dos anos 90.

Nesse período de maior internacionalização do capital, o estado cearense vem promovendo uma política voltada para a aceleração do processo de industrialização, inclusive em municípios que não pertencem à região metropolitana.

Com o advento do Plano Real e, conseqüentemente, o processo de abertura comercial, as empresas cearenses tiveram que dar maior atenção a questões de competitividade “para poderem sobreviver com a concorrência externa, obrigando a indústria a investir em programas de qualidade e produtividade bem como otimização de custos”. Por outro lado, houve uma “forte contração da liquidez”, principalmente no primeiro semestre de 1995, tendo em vista a “ação do governo para conter a explosão de consumo pelo aumento relativo do poder de compra da nova moeda, acrescido dos preços mais baratos dos importados”. O aumento dos juros dificultou o crédito de muitas empresas que eram tomadoras “contumazes de recursos do mercado financeiro”. Entre elas, do segmento têxtil cearense, pediram concordata e tiveram falência decretada (HOLANDA, 1997, p. 30).

3.1 Inovação, Expansão e Capacitação do Setor Têxtil

A reação dos países desenvolvidos ao avanço das exportações dos países em desenvolvimento completou duas linhas básicas. Por um lado, tais países procuravam aumentar a produtividade de suas indústrias, como forma de atenuar as vantagens comparativas proporcionadas pelos baixos salários vigentes. Essa estratégia contemplou inovações no processo produtivo, inovação em produtos e novas formas de organização da produção, geralmente apoiadas por políticas industriais específicas para o setor. Por outro lado, adotaram medidas restritivas no comércio internacional para proteger suas empresas durante o processo de reestruturação.

Um dos impactos mais significativos das inovações em processo na indústria têxtil é a alteração na intensidade do uso de capital. É possível dizer que a maior parte da indústria têxtil atingiu a média de intensidade de capital da indústria em geral.

A pesar de todas as inovações mencionadas, o complexo têxtil brasileiro por produzir bens de consumo, cuja demanda é sensível às variações no nível de atividade econômica e ao perfil da distribuição de renda, agravado pela sua baixa penetração nos mercados externos, depende essencialmente da retomada do crescimento econômico para sustentar estratégias envolvendo expansão e capacitação.

3.2 Estratégia no Cenário Internacional

A política de comércio internacional adotadas pelos países desenvolvidos assumiu caráter protecionista. Em muitos desses países ela foi combinada com instrumentos de política industrial ativa com o objetivo de promover a reestruturação do setor.

Atualmente, empresas de países em desenvolvimento, que têm maior participação nas exportações mundiais, adotam a estratégia de investir em outros países para escapar ao limite imposto pelas cotas e à elevação de salários reais que se verificou em alguns deles.

As grandes empresas dos países industrializados passaram então a adotar uma estratégia que contemplava dois aspectos. Procuraram reduzir custos através da modernização das plantas e equipamentos e reorganizaram a produção, utilizando inclusive a subcontratação interna e externa de partes da produção. As inovações contidas nos equipamentos e as obtidas na produção de fibras, especialmente as sintéticas, “permitiram um intenso esforço de inovação em produtos, contemplando tanto o mercado tradicional de vestuário como novos mercados” (COUTINHO, 1993, p. 249).

3.3 A Produtividade na Indústria Têxtil

Em 1970, a produtividade da indústria têxtil cearense foi quase igual à brasileira, o que denota o êxito do programa de modernização do setor. Evolui de forma satisfatória, chegou a manter-se no nível nacional e até a superá-lo.

De acordo com Haguenaver, “as inovações tecnológicas propiciam ganhos de produtividade através da elevação da velocidade de operação das máquinas, redução do número de paradas, maior interligação ou mesmo eliminação de fases do processo produtivo” (HAGUENEVER, 1990).

Em relação aos fornecedores, a indústria têxtil vem utilizando produtos derivados da indústria de polímeros, matéria-prima para a elaboração de fibras têxteis sintéticas; produtos provenientes da indústria química, auxiliares de acabamentos; matéria-prima vinda do setor agrícola e pecuário, fibras naturais; equipamentos e máquinas oriundas do setor de bens de capital.

Quanto ao mercado consumidor (compradores) seja externo ou interno, o setor têxtil tem como cliente as indústrias de confecção, seguidos por lojistas, atacadistas e outras indústrias de transformação, como a automobilística.

No que se refere ao destino da produção, Rosa e Melo (1994, p. 77) “revelam que as regiões Sudeste e Sul do país constituem o principal mercado das empresas de fiação e tecelagem do Ceará, absorvendo em 1991, cerca de 67% da produção total de fios nas empresas analisadas. A produção de fios por empresa destinada ao mercado paulista variou de 57% a 100%.

3.4 Análise Competitiva em empresas Têxteis

Relacionar a empresa ou seu meio ambiente e sistematizar meios para atingir objetivos escolhidos são os principais esforços para a formulação de estratégias. “Além disso, é necessária a definição das forças competitivas fundamentais que influenciam as atividades das empresas: concorrência, entrantes potenciais, substitutos, fornecedores e compradores” (PORTER, 1980, p. 49).

Atualmente, as barreiras de entrada de novas firmas nos mercados do setor têxtil dizem respeito sobretudo ao dispêndio de capital que um novo concorrente teria de levantar para poder construir plantas de fabricação eficientes.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) realizou um estudo comparativo envolvendo diversos países e fez uma análise detalhada da evolução das políticas industriais desses países. A pesquisa apontou o Brasil como o único país entre os examinados, sem uma política industrial ativa. “A prática de uma política industrial ativa se confundiu por algum tempo com a idéia de protecionismo e subsídios às empresas nacionais” (OLIVEIRA, 1998, p. 53).

De acordo com Oliveira, fatores como “esforço tecnológico, desempenho produtivo e desempenho comercial são indicadores fundamentais para a análise competitiva” (OLIVEIRA, 1998, p. 54).

Basicamente, o avanço tecnológico se reflete na incorporação de máquinas e equipamentos modernos ao processo produtivo. “Os indicadores devem contemplar aspectos quantitativos e qualitativos de forma a permitir que se leve em consideração a adequação dos equipamentos aos produtos e mercado”. Outro fator importante na determinação da competitividade são as modernas técnicas gerenciais, que permitem melhor escolha das políticas e estratégias a serem adotadas (COUTINHO, 1993, p. 17).

4 A importância da Ação Governamental no Fortalecimento do Parque Têxtil no Ceará (1990-2002)

4.1 Os Anos Noventa e os Novos Incentivos Fiscais

Várias são as mudanças que se processam no contexto internacional e na conjuntura nacional. No primeiro, verifica-se o aumento dos fluxos financeiros e disponibilidade de capitais; já no segundo, “assiste-se ao desmonte da Era Vargas, pautada no padrão nacional-desenvolvimentista, afirmando-se, em contrapartida, a política do neoliberalismo que apregoa um novo modelo centrado no mercado” (ARAGÃO, 2002, p. 110).

O início dessas mudanças se dá com o Governo Collor, “aprofundando-se ao longo do primeiro mandato” do presidente Fernando Henrique Cardoso. A classe empresarial “torna-se, a princípio, aliada da agenda política que desejava o fim do estatismo, comprometendo-se com as oportunidades que se abriam com globalização” (ARAGÃO, 2002, p. 110).

O ajuste em relação à abertura comercial e liberalização dos fluxos financeiros dá-se no Brasil na década de 1990, exigindo alterações nos padrões tecnológicos e nos na gestão da força de trabalho. “Mister é ressaltar que tais alterações já tinham iniciado nas indústrias de alta tecnologia do Brasil na década anterior”. O governo Collor, no entanto, a partir de 1991, possibilita a intensificação dos Programas de Qualidade Total, *just in time*, Controle Estatístico do Processo, Círculos de Controle de Qualidade. O setor empresarial teve que enfrentar profunda reestruturação, o que não foi possível para muitas empresas brasileiras. Setores inteiros, segundo Diniz (2000, p. 91), como têxtil, calçados, bens de capital, eletrodomésticos, produtos de higiene e limpeza e autopeças, entre outros, foram desativados, desempregando largos contingentes de mão-de-obra.

Nessa turbulência, registra-se, ainda conforme Diniz (2000, p. 92), realocação industrial, com a transferência de indústrias tradicionais, como têxteis e calçados, para o Nordeste, atraídas por incentivos fiscais e pelos custos diferenciais da mão-de-obra.

Ainda para o autor, é assim que se entende o crescimento e a consolidação do parque têxtil cearense na década de 1990, que se vê beneficiado, de certa forma, pelos efeitos da grande crise da indústria nacional, “quando se constata o aumento

de 15 unidades fabris, entre as novas e as oriundas de ampliação”. Tal constatação não significa dizer que, no Ceará, “as empresas tenham passado incólumes às crises de 1995, com a defasagem cambial, impossibilitando a exportação dos produtos têxteis, e a de 1999, advinda da máxima desvalorização”. Nesta época, o setor têxtil cearense se abastecia de algodão no mercado externo e sofreu sérios prejuízos por conta do endividamento em dólar, todavia, tais prejuízos foram rapidamente absorvidos com o incremento das exportações dos produtos têxteis facilitadas pela alta da moeda americana.

Nos últimos anos, as cotoniculturas de Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais vêm sendo importantes fornecedores do algodão para as fábricas cearenses. Nesse sentido, há um esforço do Governo Federal tanto em apoiar os polos produtores quanto a venda para consumidores nacionais. Assim, foi criada uma linha de crédito, pelo BNDES, chamada “Programa de Escoamento”, oferecendo benefícios aos compradores (empresas ligadas ao setor têxtil) com vistas a evitar saída de divisas do país.

O crescimento da quantidade produzida de fios e tecidos desta década decorre, também, das vantagens oferecidas pelo governo do Ceará, sob o comando de Tasso Jereissati. O Governo de Virgílio Távora (1978-1982) criou os incentivos estaduais do Pólo III, sendo que a gestão seguinte, de Gonzaga Mota, se mostrou um pouco mais tímida nesse sentido. Assim, o governo de Tasso Jereissati (1987-1991) passou a adotar uma política própria de incentivos fiscais.

Acontece que a SUDENE havia esgotado seus recursos e o Banco do Nordeste não podia dar conta sozinho da instalação de indústrias para o Ceará. Assim, aquele novo governo adotou uma medida agressiva de atrair empresas para o Estado, com o próprio Governo Estadual financiando o processo.

Isto ocorreu porque o Governo das Mudanças representou um “corte epistemológico” na política cearense. Aquele novo grupo político foi formado por “jovens empresários advindos do CIC, que no final da década de 1970 reformularam o velho órgão com uma proposta de modernizar a indústria do Ceará e depois transferir essa gestão “profissional” para o corpo do Governo Executivo do Estado”. Dentre os empresários desse grupo, vários deles tinham ligação com a indústria têxtil, como Assis Machado Neto, Sérgio Machado e Byron Queiroz (ARAGÃO, 2002, p. 112).

Dessa forma, o Governo das Mudanças adotou uma nova política de incentivos fiscais ainda na segunda metade dos anos 1980, mas que só veio a se consolidar de forma definitiva no início dos anos 1990, já no Governo Ciro Gomes (1991-1995), que deu continuidade àquele grupo no poder.

O incentivo é maior quanto mais distante for o município beneficiado. Para uma empresa que se instale em uma cidade até 330km distante da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF, o incentivo se dá por 10 anos. Se for entre 300 e 500 km, o incentivo se eleva para 13 anos e, por fim, se for além de 500 km de distância da RMF, se dá até 15 anos. “O desconto do ICMS é menor para empresas que se instalam na própria RMF, sendo de 45%” (MENELEU, 2000, p. 45).

Além de todos esses incentivos, o governo do Estado forneceu, ainda, uma ajuda de infraestrutura, cedendo os terrenos onde se instalaram as fábricas e ainda pagando as contas de água e luz e por vezes até de telefone. As empresas instaladas fora da RMF também ficam isentas do pagamento do IPTU. “A diminuição dos impostos incentiva a importação de novos equipamentos e matéria-prima e serve de estímulo ao desenvolvimento industrial” (ARAGÃO, 2002, p. 113).

4.2 O Novo Perfil da Indústria nos Anos 1990

O reflexo disso, especificamente na indústria têxtil dos anos 1990, se deu através da abertura de várias empresas (mais do que na década anterior) e com um perfil diferenciado. Ao longo dos anos 1990, tem-se a instalação de pelo menos 17 empresas têxteis de porte significativo no Ceará: Fiotex, Micrel, Jaguar têxtil, Fitesa, CTN, Marcotex, Tebasa, Elizabeth Têxtil (Vicunha), Aurora Têxtil, Cotefor, Lerma do Nordeste, Santa Rita, Servtêxtil, Filati Malhas, TBM Unidade III, Vicunha Pacajús e Haco Etiquetas. É um crescimento numérico maior até mesmo do que aquele apresentado nos anos sessenta.

Muitas empresas de fora têm vindo se instalar no Ceará. O Grupo Vicunha, que já operava no Estado desde 1973, através da Finobrasa, se desliga de seu sócio cearense, construindo um complexo formado por quatro unidades de grande porte com capacidade de produzir mais da metade de fios de todo o Ceará. Empresas como a Lerma do Nordeste (1999) e a Haco Etiquetas (2000), “por questões de logística, vêm se instalar no Ceará, onde produzem exclusivamente para fora”. Outras de pequeno porte também migraram para cá, a exemplo da

Malharia Rebeca (ARAGÃO, 2002, p. 114).

Grandes Empreendimentos, voltados para produzir em volume e grande escala com vistas a um mercado cada vez mais globalizado, consolidam-se no Estado. Investem agressivamente em alta tecnologia, porque têm consciência de que somente as fábricas com este perfil podem alcançar os níveis de competitividade que o mercado têxtil hoje está a exigir. Apostam na exportação, com a participação de vendas de no mínimo 30%. “Para que isso aconteça, nós temos que ter competitividade com a lá de fora, e para competir nós temos que ter qualidade e modernização. Então ou faz isso ou se acaba”, vaticina Ivan Bezerra, Presidente do Sindicato de Fiação e Tecelagem.

Partindo do panorama ora traçado, compreende-se que a década de 1990 foi também muito complicada para aqueles que não estavam capitalizados para enfrentar a modernidade.

4.3 Os Pré-requisitos para a Indústria do Ano 2000

A década de 1990 foi marcada pela reestruturação da indústria em todo o Brasil, “trazendo como consequência maior a diminuição de sua capacidade geradora de emprego e o crescimento da flexibilização na contratação de mão-de-obra”, conforme registra pesquisa realizada pelo DIEESE (2001) para regiões metropolitanas do Brasil, como Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

De acordo com Aragão, por flexibilização, entende-se três modalidades. A primeira é a “contratação do trabalhador diretamente pela empresa como assalariado por prazo determinado e com redução de encargos sociais”; já a segunda “diz respeito às formas de contratação indireta, em virtude da terceirização de serviços”; e a última “refere-se ao emprego de jornadas de trabalho superiores às previstas por lei, através do Banco de Horas”.

Observa-se também que a grande mudança registrada, dentro do aparelho jurídico para o setor de fiação e tecelagem local, foi a alteração da legislação trabalhista, conseguida em 1991, através do sindicato patronal, permitindo às fabricas funcionarem em turnos ininterruptos, tendo em vista as necessidades de mercado.

As empresas modernas, diferentemente das mais antigas, destacam-se pela construção retangular de seus galpões, pelo nível de limpeza e de higienização do ambiente de trabalho, contrastando com a poeira e os tufos de algodão presos nas máquinas e paredes que faziam parte dos cenários nas empresas dos pioneiros. Além do mais, as atuais contam com sistema de refrigeração no ambiente do “chão da fábrica” como forma de preservação da maquinaria.

Para concluir Aragão (2002) afirma que,

a despeito da entrada de vários investidores de outros Estados, o setor de fiação e tecelagem, no que se refere ao número de unidades produtivas, ainda se encontra na mão dos empresários cearenses. A mudança maior diz respeito ao novo perfil do empresário, constituído por banqueiros, empreiteiros, lojistas, profissionais liberais, que se juntam ao empresário tradicional do setor, ou seja, o ligado ao algodão ou já proprietário têxtil, formando um parque industrial consolidado e reconhecido nacionalmente. São empresários que, em sua totalidade, construíram seu patrimônio fabril a partir dos incentivos da SUDENE, dos empréstimos dos bancos oficiais, como Bando do Nordeste e BNDES, e das políticas de atração industrial do Estado do Ceará. Eles reconhecem, todavia, que sem a ação externa desses órgãos, não se teria formado o parque industrial com a dimensão e o volume atuais agregando valores macroeconômicos e sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com fundamento nas evidências reveladas pelo artigo, concluímos que:

O setor têxtil atravessa seu pior momento desde aquele iniciado com a abertura da economia no início dos anos 90. É um momento de reestruturação com desdobramentos envolvendo fechamento de empresas e demissões. O Brasil adotou uma política de abertura de mercado muito rápida e as empresas estavam despreparadas, em termos de organização e com suas plantas industriais desprovidas de um avanço tecnológico.

Cabe ressaltar que o País precisa de uma política industrial que fomenta e prepare as empresas para uma nova realidade de competitividade global, evitando a entrada indiscriminada de produtos importados e ações *anti-dumping*, incentivando a modernização da indústria têxtil cearense. Deixar simplesmente que o capital privado possa ser o próprio agente das mudanças é permitir que o Estado Nacional esqueça o seu papel de agente moderador e gerenciador das grandes mudanças na vida política, econômica e social de uma nação.

Faz-se necessário o entendimento que o capital privado deve investir, modernizar o processo produtivo, melhorar o nível de instrução de seus recursos humanos. Porém não devemos esquecer que neste novo cenário é cobrada uma ação muito mais incisiva por parte do governo federal, à semelhança do que ocorreu nos anos 60 com a SUDENE. Acreditamos que o governo tem possibilidades de criar condições para dar um certo fôlego para a recuperação da indústria têxtil nacional.

Ao que tudo indica, o movimento de ajuste deve continuar, levando provavelmente a um número maior de empresas ao estado de falência, e elevando o desemprego. É provável que as poucas sobreviventes irão se fundir ou formar grupos mais concentradores de capital, principalmente pela necessidade de financiamento para continuar com os investimentos necessários para o alcance de competitividade. Mesmo para estas, o futuro não se apresenta muito promissor.

No nosso Estado vale lembrar a ação incentivada do governo do Estado, (essa política tem sido questionável, tanto pela evasão de receitas quanto pelos resultados socioeconômicos inexpressíveis) que vem atraindo novos capitais e garantindo a permanência das plantas já instaladas. Acreditamos que esta parceria irá continuar, não somente para a preservação do capital privado, mas principalmente para a garantia de empregos diretos e indiretos, bem como um futuro fiscal seguro para a economia local.

As mudanças estruturais e tecnológicas se tornam imprescindíveis, periodicamente, nas empresas têxteis, pelo fato de produzirem bens direcionados para mercado extremamente competitivos, cuja prioridade básica se evidencia no padrão de qualidade dos seus produtos. As mudanças tecnológicas e estruturais têm o caráter dinâmico e se configuram como uma condição para manter a rentabilidade e o nível de exequibilidade do empreendimento, para o caso das empresas têxteis cearenses.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **A Trajetória da Indústria Têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem (1880-1950)**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – UFC, Coleção de Estudos Históricos, NUDOC, 1989.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **O Fiar e o Tecer: 120 anos da indústria têxtil no Ceará**. SINDITÊXTIL-FIEC. Fortaleza-Ceará, 2002.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **Origem e Formas de Acumulação no Ceará: reflexões a partir da indústria têxtil**. Fortaleza: NUDOC, Série Idéias n. 8, 1987.

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1995.

COUTINHO, Luciano G. **Competitividade do Complexo Têxtil**. Campinas: MCT/FINEP/PADCT, 1993.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE (BNB), **Competitividade da Indústria Têxtil do Nordeste**. Relatório preliminar. Fortaleza, 1997.

GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Casa José de Alencar, 2000.

HAGUENAUER, L. **A Indústria Têxtil, Desenvolvimento Tecnológico da Indústria e a Constituição de um Sistema Nacional de Inovação no Brasil**. Campinas: IPT/FENACAMP, 1990.

IPLANCE. **Anuário Estatístico do Ceará – 1997**. Tomo 1 – Características geográficas, sociais e políticas. Tomo 2 – Economia e Finanças. Fortaleza: IPLANCE, 1998.

PEIXOTO, Marcus. **Exportação do Setor Têxtil vai gerar US\$ 120 milhões em 2001**. Jornal Diário do Nordeste. Fortaleza, Negócios, 07 outubro 2001, p.3.

MARTINS, Geruza Beatriz Henriques. **Indústria Têxtil**. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/disserta97/geruza/cap2.htm>>. Acesso em: 12 out. 2003.

ROSA, Antônio Lisboa da e MELO, Maria Cristina de. **A Indústria Têxtil Cearense: um estudo sobre competitividade**. Fortaleza: FIEC, FINEP, DAMPI, 1994.

ROSA, Antônio Lisboa da e MELO, Maria Cristina de. O Poder Competitivo da Indústria Têxtil Cearense no Contexto Nordestino e Brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 26, n. 03, jul./set. 1995.

SOARES, Francisco de Assis e CARTAXO, Sandra Maria Santos. A Indústria Têxtil no Contexto da Indústria de Transformação. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v.18, n. 02. Abr./jun. 1987.

STEIN, Stanley J. **Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil 1850-1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1975.

VIANA, Carlos Negreiros. **Indústria Têxtil de Algodão – Ceará 1881-1973: uma experiência de industrialização fora do Centro Sul**. Dissertação de Mestrado Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 1989.